Esforço útil

Álvaro Pereira

Foi uma semana movimentada no Congresso. O esforço concentrado convocado pelos líderes permitiu a aprovação de um projeto importante, o que cria o regime jurídico único para o servidor público civil, colocando num mesmo quadro celetistas e estatutários. O projeto, aprovado depois de um acordo entre as lideranças partidárias, deverá ser sancionado sem vetos pelo presidente Fernando Collor. Ao estabelecer um princípio de isonomia no serviço público, o regime jurídico único constitui passo importante para a reforma administrativa iniciada pelo governo. O novo sistema elimina distorções que privilegiavam determinadas faixas de servidores, em prejuízo de outras. Proporciona vantagens imediatas — aposentadoria integral, adicional por tempo de serviço, etc —, além de representar um corte nas despesas com pessoal, uma vez que muitos encargos sociais serão eliminados (FGTS, INPS, etc.).

Como se vê, um projeto que consegue atender a todos os interesses: do governo, do Congresso, dos servidores. Sua aprovação, através de amplo entendimento, mostra que é possível se chegar a um consenso sobre temas polêmicos, construídos, desde que haja disposição e boa vontade por parte dos setores envolvidos na discussão.

Força, portanto, o exemplo para as próximas votações. Entre os dias 4 e 15 de dezembro — depois do segundo turno das eleições — o Congresso vai se reunir em novo esforço concentrado. Na pauta, projetos tão controversos com o da nova política salarial e o que concede os benefícios da Previdência.

As votações da semana passada evidenciaram, porém, um fenômeno preocupante: o governo, está claro, não dispõe de uma liderança forte e respeitada no Congresso, em condições de encaminhar o debate de todos esses temas. A fragilidade do esquema de apoio político do governo se tornou patente no caso da votação do veto presidencial. Com o apoio de bancadas tradicionalmente afinadas com o presidente Collor — PFL, PTB, PL — o veto foi derrotado na Câmara por 234 contra 41. O desastre só não foi maior porque, no Senado, faltou quorum para que se proseguisse a votação.

De volta ao Brasil, após visita oficial ao Japão, o presidente da República precisa se dedicar, agora, à recomposição de suas forças políticas na Câmara e no Senado. O Congresso, por prerrogativa constitucional, tem poderes que não devem ser desprezados, por mais forte que seja o governo.